

ITINERÁRIOS CONCEITUAIS; PERSPECTIVAS HISTÓRICAS: INSOLITAS ARQUITETURAS NA HERMENÉUTICA LITERÁRIA

Silvio Tony Santos De Oliveira ¹

RESUMO

As circunscrições do campo científico são delimitadas pelo emprego de metodologias e teorias que se incumbem de descrever as características intrínsecas de um determinado objeto de estudo, bem como, desenvolver meios de conceitua-lo de forma a tornar suas estruturas e aspectos menos resistentes ao conhecimento e a manipulação. Entretanto, por vezes, a dificuldade em se conceber determinado objeto, no campo científico, sustenta-se em aquele está imbrincado com aspectos sócio-históricos constituídos na/pela cultura outorgando, ao mesmo, flutuações quanto a uma possível definição conceitual. Nesse sentido, as conceitualizações acerca da acepção da literatura são nodadas por uma metamorfose tanto em sua nomenclatura quanto no em seu emprego semântico. Desde o berço helênico e a gênese aristotélica da mimese até os dias atuais, a literatura tem sem se mostrado resistente a enquadramentos teóricos que venham determinar uma perspectiva unívoca e imutável. Partindo dessas primícias, o escopo deste estudo se ancora em fomentar reflexões históricas e teóricas, a partir de uma revisão bibliográfica, sobre as múltiplas facetas que esquadrinham a essência ou as possíveis definições de arte literária. No decorrer da elaboração desta pesquisa, pudemos constatar, a partir do século XX o surgimento de correntes ou perspectivas teóricas/metodológicas que revezavam entre privilegiar os aspectos interno e externo do texto, porém sempre a se mostrarem insuficientes no intuito de abarcar ou apreender o objeto literário em sua totalidade. Nesse sentido, pautamo-nos nossas reflexões nas contribuições de Eagleton (2006); Companon (1999) Candido (2006) entre outros teóricos que constituem o âmago da teoria literária.

Palavras-chave: Literatura, Conceito, Literário, Teoria.

Introdução

O campo científico, por vezes, é metodologicamente, definido a partir da especificidade de seu objeto de estudo. Assim, se tomarmos essa assertiva como verdadeira, podemos entender que a Biologia se define como o ramo da ciência que estuda as diversas formas de vida existente em nosso planeta; as relações e manifestações culturais bem como a evolução do homem como ser social fica a cargo da Antropologia; e, ainda, os estudos dos astros e as peculiaridades dos seres celestes como primazia da Astrologia. Logo, se pensarmos nas discussões com relação à essência, características, concepção e fundamentos da Literatura recorreremos, obviamente, à Teoria Literária.

Nesse sentido, o intuito desse trabalho é realizar um estudo bibliográfico acerca do conceito e concepções sobre a definição do que é Literatura em determinados momentos históricos e sociais, bem como, nas perspectivas de teóricos do campo literário. A espinha dorsal dessa pesquisa não se encontra na busca insensata de uma definição unívoca da literatura, mas prover reflexões sobre as diversas concepções teóricas e semânticas que foram arquitetadas, no decorrer dos séculos, de acordo com as proeminências culturais e sociais de

¹ Mestre e Doutorando do Curso de Letras da Universidade Federal da Paraíba- UFPB, silviophoenix@hotmail.com

cada contexto. Logo, ancoramo-nos nas contribuições de Eagleton (2006); Companon (1999) Candido (2006) entre outros teóricos que constituem o âmago da teoria literária.

A problemática conceitual: (des) caminhos teórico/metodológicos sobre o literário

Prazer/Fruição: Terminologicamente isso ainda vacila, tropeço, confundo-me. De toda maneira, haverá sempre uma margem de indecisão; a distinção não será origem de classificações seguras, o paradigma rangerá, o sentido será precário, revogável, reversível, o discurso será incompleto. (BARTHES, 2015, p. 8)

No senso comum, que impera nos dias atuais, se indagarmos a alguém com relação à definição de literatura, provavelmente a resposta será dirigida a textos de caráter narrativo, ficcional ou que apresentem certa tendência no uso de rimas e versos como normalmente é vista, de forma simplória, a construção da poesia. Em outras palavras, o interrogado, provavelmente, não conseguiria escapar da arguição sem se reportar aos gêneros considerados textuais como forma de resposta. Contudo, uma definição global do que viria a ser literatura continua a se apresentar nebulosa e incerta. De fato, as concepções atuais que imperam no senso comum têm sua origem por volta do século XVIII com o surgimento do Romantismo na Europa, principalmente, no berço germânico: literatura entendida como narrações ou textos imbricados com a representação de sentimentos por meio das conjecturas ficcionais orquestradas pelo autor.

Entretanto, salientamos que essa visão/perspectiva não contempla em sua totalidade o sentido do literário. Em primeiro lugar, pois está arraigada em apenas um contexto histórico da cultura Ocidental – o século XVIII e o surgimento de um movimento artístico, que pregava a soberania da individualidade e dos sentimentos humanos em detrimento da racionalização exacerbada da natureza humana e amarras do Neoclassicismo. Em segundo lugar, pois a concepção do que viria a ser a literatura tem apresentado inúmeras metamorfoses ao longo dos séculos, inclusive, entre algumas correntes teóricas da chamada teoria literária surgida por volta dos primeiros anos do século XIX.

De acordo com Anco Márcio Tenório Vieira, em seu texto *O que é e o que não é literatura?* presente na obra *Repensando a teoria literária contemporânea* (2015), um dos primeiros registros ou menções feitas ao termo literatura se encontra no Instituto Oratória, de Marcus Fabius Quintilianus (30-95 d. C.). Nesse texto, o referido vocábulo está compreendido etimologicamente no campo da compreensão e do domínio do bom uso da gramática. Vieira ressalta que uma das desinências etimológicas de literatura, *Litteraturam*, que possui suas aproximações com o termo latino *Littera* – letra, não designava, de forma restrita, o campo da

criação ficcional ou mimético, mas correspondia ao termo grego *Grammatikós* (gramática) – etimologicamente enraizada no termo *gramma*, que significa letra. Assim, literatura e sua concepção inicial está relacionada com o uso correto das normas gramaticais, da escrita, do domínio do discurso regido pela gramática. O objeto literário, nessa perspectiva, afasta-se do campo estético da criação artística – ideia que impera nos dias atuais - e se aproxima do uso correto das normas gramaticais que regem o uso da língua.

Vitor Manoel de Aguiar e Silva, em sua obra *Teoria da literatura* (2007), corrobora com a perspectiva inicial de Vieira (2015) e reafirma a raiz etimológica do termo literatura nas circunscrições do uso correto das normas gramaticais: “O lexema complexo *litteratura*, derivado do radical *littera* - letra, carácter alfabético -, significa saber relativo à arte de escrever e ler, gramática, instrução, erudição.” (SILVA, 2007, p. 1) As aproximações conceituais com relação às origens primeiras da compreensão do termo literatura, entre Silva (2007) e Vieira (2015) se confirmam quando aquele afirma que *litteratus* - lexema donde procedem, por via popular, letrado, e por via erudita, literato - era o homem conhecedor da gramática, aquele que sabia desenhar e decifrar as letras e que, por isso mesmo, fruía de um privilegiado estatuto sociocultural.” (SILVA, 2007, p. 1)

Silva (2007) afirma ainda que o termo literatura e suas desinências etimológicas greco-latinas, até meados do século XVIII, não apresentavam sentido restrito às artes, mas fazia referência aos variados campos científicos. Em outras palavras designava um arcabouço de obras que compunham os diversos campos da ciência: literatura médica, filosófica, literatura da matemática, etc. O autor afirma ainda que, em meados do século XVII, inicia-se o conceito do termo literatura associado à perspectiva de belas artes, todavia, sem perder sua denotação do uso correto das normas gramaticais e do discurso. Por sua vez, Roberto Acízelo Quelha de Souza, em seu livro *Teoria da literatura* (1949), dando prosseguimento ao posicionamento de Silva (2007), no que tangem as mudanças conceituais do termo literatura, afirma que “da segunda metade do século XVIII em diante, o vocábulo passa a significar produto da atividade do homem de letras, conjunto de obras escritas, estabelecendo-se, assim, a base de suas diversas acepções modernas.” (SOUZA, 1949, p. 46)

Mas, como afirma Eagleton (2006), se existe a teoria literária, parece um tanto óbvio que exista alguma coisa que possa ser definida como literatura. De fato, essa é uma preocupação de qualquer campo ou corrente científica: definir, delimitar, restringir a conceitos seu objeto de estudo. Não por coincidência, as primeiras discussões sobre a natureza da obra literária já se iniciam entre os filósofos gregos da antiguidade. Platão (428-427 e 347 a.C.), em textos dialéticos como *Ion* e *A República*, apresenta críticas sobre a poesia por

entender que essa se alicerça em fatos não verídicos, que não contribuiriam para a educação e conhecimento coletivo. Em outros termos, na visão platônica os textos dignos de prestígios estavam embasados no uso da razão ou fatos racionalizados e não especulativos ou imaginativos. Discutindo as proposições platônicas em A república livro III, acerca das especificidades das obras consideradas fantasiosas como A ilíada, de Homero e a Teogonia, de Hesíodo, Zilberman afirma:

Acreditando no valor pedagógico das narrativas destinadas às crianças, Platão condena Homero por dizer coisas enganosas sobre os deuses, e Hesíodo, cuja Teogonia também apresenta uma visão negativa dos seres divinos. Platão censura a obra de Homero também no Livro III, reforçando sua concepção de que a arte deva ter intuito educativo, entendido o termo aqui como aceitação do interesse público e coletivo dos dirigentes da cidade ideal. Entre o Livro II e o Livro III, constata-se que Platão incorpora algumas ideias já utilizadas por Xenófanes: a primeira é a de que a poesia nem sempre apresenta uma visão muito respeitosa dos deuses, o que motiva a desaprovação por parte desses filósofos. A segunda é a de que a poesia imita a forma e o comportamento dos homens. Como se observou antes, a palavra utilizada para dar conta do procedimento imitativo é mimesis, termo que, em A República, aparece no Livro III. (ZILBERMAN, 2012, p. 47)

Um distanciamento de posições teóricas se estabelece entre Platão e Aristóteles (385 a. C. – 323 a. C.). Essa tensão, entre os dois filósofos, intensifica-se sobre as visões divergentes sobre o conceito de mimese. Se, na visão platônica, o uso mimético se constitui como um recurso menor ou depreciativo, por se fundamentar no conhecimento especulativo/imaginativo como forma de imitar a realidade, em Aristóteles, essa é a capacidade inata da constituição estética de uma obra, que se propõe a se enquadrar nos perímetros artísticos. Em A poética, Aristóteles afirma que o poeta, pode assim ser definido, não como aquele que escreve em verso, em comparação com autores que retratam fatos reais, mas, está na capacidade de relatar o acontecível e não o acontecido. O acontecível, nesse sentido, pode se ancorar na realidade, lançando mão de seus elementos históricos e sociais, mas sem nenhuma responsabilidade de ser fidedigno com os acontecimentos factuais.

Assim, a mimese está na capacidade do poeta se utilizar do recurso da verossimilhança na construção estética da obra artística literária. Na verdade, os distanciamentos das perspectivas teóricas entre Platão e Aristóteles se estabelecem na concepção que ambos possuem sobre a função da poesia. A obra poética, na óptica, aristotélica tem uma função artística, que conduz os indivíduos à especulação imaginativa sobre aquilo que poderia ser tangível a qualquer Ser ou que estaria possível de se suceder a qualquer indivíduo. As tragédias gregas, de Ésquilo, Sófocles e Eurípides século V a. C., por exemplo, para lograr êxito na efetivação da catarse no público, valia-se do acontecível passível à natureza humana. Aquilo que poderia suceder com todos sem exceção. Já na visão platônica, a poesia deveria ter

um aspecto formador, educativo e, portanto, não deveria se basear na imaginação ou imitação da realidade

Muitas obras da literatura, lembra Eagleton (2006), são consideradas ficcionais em um determinado período e não ficcionais em outro contexto histórico. Autores são compreendidos como mestres do ficcional e passam a teóricos e escritores de tratados filosóficos em outros momentos. Eagleton também faz menção ao termo *novel* que, no contexto inglês do século XVI e XVII, fazia referência a fatos reais e ficcionais. Como podemos observar, a concepção de ficcional – plasmado na concepção da mimese aristotélica – já não se apresentava como conceito determinante para se definir a literatura, nesse contexto sócio-histórico. A literatura, como a conhecemos atualmente, apresenta uma gama de obras consideradas clássicas, que se utilizam de aspectos ficcionais e factuais impossibilitando, assim, uma distinção do que é e do que não é literatura, por meio dessa diferenciação.

Ora, então, *Os sertões* (1902), de Euclides da Cunha, não apresenta indícios factuais entrelaçados ao processo de criação do autor? A carta (1500), de Pero Vaz de Caminha a del rei de Portugal, relatando suas primeiras impressões sobre os nativos e a recém “descoberta” terra de Nova Cruz, não faz parte da literatura brasileira por conter muito do factual? E o que falar dos Sermões (1679), do padre Antônio Vieira? “A literatura francesa do século XVII conta, além de Corneille e Racine, com as máximas de *La Rochefoucauld*, com os discursos fúnebres de Bossuet, com o tratado de poesia de Boileau, com as cartas de Mme. de Sevigné à sua filha, e com a filosofia de Descartes e Pascal.” (EAGLETON, 2006, p. 2)

Vieira (2015), por sua vez, após refletir sobre a imbricação entre os atos de fala de J. L. Austin e a especificidade do texto literário, tema de um ensaio escrito pelo filósofo Richard Ohmann em 1979, aponta discordâncias quanto à abrangência das teorias de Ohmann sobre uma possível definição do que viria ser a literatura. Assim, elenca Vieira suas proposições teóricas:

Partindo dessa premissa, perseguiremos quatro tópicos que, em conjunto, poderão melhor definir o que constitui, de fato, um texto literário: 1. A imitação e a ficcionalidade do texto (compondo a unidade dos gêneros literários) e, como parte dessa ficcionalidade, a recepção de quem o lê perfazendo o pacto ficcional; 2. A intencionalidade do autor (o estatuto histórico-temporal da obra e, por desdobramento, as marcações dadas pelo autor empírico e que delineiam a sua recepção); 3. A verdade e a realidade textuais (o caráter imanente.” do texto); 4. Os significados e significações do texto (sua condição artística e trans-histórica. (VIEIRA, 2015, 42; 43)

Ao se reportar ao aspecto da imitação ou ficcionalidade, Vieira recorre aos ensinamentos de Aristóteles, em *A poética*, obra que destrincha as diferenças entre a natureza da escrita do poeta e do historiador. Seguindo essa linha de pensamento, o historiador estaria incumbido de desenvolver uma escrita narrativa factual e pontual, uma vez que os relatos se

circunscrevem no âmbito do registro histórico em um determinado contexto. Essa escrita, comenta Vieira, ainda é nodada por uma carga de impessoalidade, observação e relato dos fatos por meio de um distanciamento entre narrador e acontecimentos.

Já a ficção ou o ato de *fingere* (fingir) está mais próximo do processo de imitação (mimese) apontado por Aristóteles. Segundo as perspectivas aristotélicas, comentadas por Vieira, a escrita poética apresenta uma delimitação impossível de ser detectável entre o narrador e os fatos narrados. A universalidade das narrativas busca contemplar a natureza humana em sua totalidade, através do acontecível e não por meio do acontecido (factual). Os processos de criação, fingir (ficção), imaginação estão imbricados de forma a construir uma realidade estética que pode até nascer do contexto empírico, mas que ganha independência em relação àquela. O segundo aspecto apontado por Vieira seria arbitrado por uma espécie de contrato ficcional estabelecido entre o escritor e o leitor. Por meio desse pacto estético, a obra literária seria recepcionada pelo leitor de forma distinta em relação a outros textos considerados, contextualmente, como organizados pela realidade empírica. Anco Tenório Vieira alicerça sua linha de raciocínio em uma análise teórica do ensaio *O estatuto lógico do discurso ficcional* (1995), do crítico Jonh Searle, no qual a ênfase da discussão sobre o literário está nas relações entre os atos ilocucionários, significado de palavras e sentenças produzidas. Sintetizando, a relação autor e leitor estaria no seio da ficcionalidade por meio do reconhecimento, por parte do leitor, das sentenças ilocucionárias produzidas pelo autor, constituindo assim um *fingere* (um fingir para alguém)

Não se pode refutar as relações entre o espaço sócio-histórico e a obra em si, todavia, como afirma Afrânio Coutinho, em *Notas de teoria literária* (2008), a obra literária assume arquiteturas própria realidade próprias em relação ao cenário empírico e social que proporcionou sua gênese. Por outro lado, o pacto ficcional, ofertado pelo autor ao leitor, por intermédio do texto, para ser efetuado e desencadear seus efeitos estéticos de representação da realidade empírica, deve, antes de tudo, ser aceito e reconhecido pelo leitor. Essa perspectiva de interação do receptor (leitor) na construção de sentidos da obra artística literária passa a ser um ponto amplamente defendido no chamado pós-estruturalismo, meados da segunda metade do século XX, principalmente, nas discussões teóricas empreitadas e difundidas pela Estética da recepção e seus pensadores como Hans Robert Jauss (1921-1997) e Wolfgang Iser (1926 - 2007).

Por seguinte, as perceptivas formais e estruturais da literatura surgiram a partir de teorias que enfatizavam os elementos internos do texto em detrimento dos aspectos externos. “E havia interesse, também, no trabalho de entender a forma como estranhamento, como

processo que tira o sentido familiar e automático da percepção da vida cotidiana, das coisas, dos objetos e dos seres.” (BUENO, 2006, p. 13) Segundo Eagleton, para os formalistas russos, a literatura era impregnada por uma certa literariedade. “Os formalistas, portanto, consideravam a linguagem literária como um conjunto de desvios da norma, uma espécie de violência linguística: a literatura é uma forma "especial" de linguagem, em contraste com a linguagem "comum", que usamos habitualmente” (EAGLETON, 2006, p. 7)

O estruturalismo, por sua vez, atribuía à organização sintática, morfológica do texto o seu valor literário e estético. Fatores externos poderiam ser considerados, porém deveriam estar submissos aos aspectos estruturantes da obra. O valor do signo linguístico estaria na perspectiva de oposição ou comparação com outro signo. A dicotomia saussuliana de significante e significado, aplicada ao estudo da literatura, delimitava o sentido da obra e seu valor estético às circunscrições do próprio texto. As duas correntes teóricas tiveram seus estudos voltados, com maior enfoque, para a poesia. Mas, como bem aponta Eagleton, a linguagem diferenciada da obra literária, ponto diferenciador concebido pelo formalismo, esbarra na antítese de uma linguagem corriqueira comum em todos os contextos sociais. As concepções teóricas literárias formalista e estruturalista se apresentam reducionistas, na perspectiva de Bueno (2006), primeiramente porque se ocupam apenas de uma parte, de uma face daquilo que podemos atribuir a literatura (linguagem/estrutura peculiares), contudo, mesmo esse aspecto não é determinante para definir se uma obra é ou não literária. Em segundo lugar, para Bueno, as perspectivas teóricas que focam na estrutura textual, deixam, à margem, uma das principais características da literatura: o pensar sobre a existência humana e sua posição em contexto social. A literatura tem por principal atributo, segundo o referido teórico, a capacidade de fomentar reflexões sobre a vida e as vicissitudes humanas.

O pós-estruturalismo, a partir da segunda metade do século XX, vem contribuir com a formulação de outras abordagens teóricas/metodológicas que se debruçam sobre a natureza do objeto literário. Essas correntes buscam a interação leitor, autor, obra e o contexto social, cultural e histórico desse tripé literário. O signo linguístico não se apresenta mais preso na imutabilidade do significante e do significado. Contudo, passa a existir um deslizamento do significado sobre o significante e o signo passa a transpor a própria natureza interna e estrutural.

As teorias da estética da recepção, a crítica feminista – através do expressivo nome de Simone de Beauvoir (1908-1986) e *O segundo sexo* (1949); Betty Friedan (1921-2006) e *A mística feminina*, (1963) Kate Millet (1934-2017) - *Sexual politics*, (1969,) – A teoria Queer, com Judith Butler (1956); os Estudos culturais e o campo da Psicanálise – com a descoberta

do Inconsciente, considerada a suposta terceira ferida narcísica humana, pelo Vienense Sigmund Schlomo Freud (1856-1939) – e suas múltiplas interfaces nos diversos campos das artes, inclusive no âmbito das Letras – são alguns campos teóricos pós-estruturalistas que apresentam um conceito de literatura vinculado, porém não restrito, às configurações sócio-históricas e as singularidades decorrentes da subjetividade humana. O caráter especulativo e efabulatório do texto passa a ser uma das vias de compreensão e elucubração da natureza humana. Ressaltamos a relação entre o fazer literário e o social sem, todavia, submeter aquele a uma mera descrição ou compreensão deste.

Os mestres Antônio Cândido e Luiz Costa Lima, em *Literatura e Sociedade* (2006) e *Teoria da Literatura em suas fontes Vol. II* (2002), respectivamente, advertem sobre o perigo de reduzirmos o texto literário a um mero processo de espelhamento. Em resumo, os autores afirmam existir aquilo que se definiria como sociologia da literatura. Esse procedimento ou olhar metodológico é destituído de uma preocupação estilística, artística ou estética. O sociólogo literário se utiliza da obra para empreitar análises históricas, culturais e sociais inerentes ao contexto de produção do texto ou ao cenário que serve de fundo para a narrativa.

Não obstante, concordarmos que a literatura não se encerra em seus aspectos internos, ao que parece, como bem se posicionam Candido e Lima, extrapolar demasiadamente essas circunscrições também não se mostra profícuo para estabilizarmos um conceito de literatura. Essa não se delimita em si mesma, mas, também, não é vinculada dependentemente a uma realidade externa ou consciência de seu autor como concebe a fenomenologia ou a um único significado como defende a Hermenêutica. Definir o que é ou o que não é literatura, ao que parece, mostra-se uma missão das mais complexas e propensas ao fracasso. Entretanto, é inegável as relações entre o social e o artístico principalmente no tocante ao consumo dessas produções. Acerca de feito instável do conceito literário, Antonie Compagnon, em seu livro *O demônio da teoria: literatura e senso comum* (1999) afirma que “ora, esse provisório tem tudo para durar, porque não há essência da literatura, ela é uma realidade complexa, heterogênea, mutável.” (COMPAGNON, 1999, p. 44) Sobre a óptica das correntes formalistas, acrescenta o referido autor:

Ao procurar um critério de literariedade caímos numa aporia a que a filosofia da linguagem nos habituou. A definição de um termo como literatura não oferecera mais que o conjunto das circunstâncias em que os usuários de uma língua aceitam empregar esse termo. (COMPAGNON, 1999, p. 44; 450)

Em pleno século XXI, deparamo-nos com as mais diversas expressões da tecnologia e, conseqüentemente, novas configurações de textos que se candidatam ao posto ou rótulo de literários como, por exemplo, as curtas narrativas, espalhadas pela internet, com temáticas

variadas desde o erótico ao fantástico, por muitos conhecidas como micro contos. As obras oriundas da cultura popular e da oralidade ainda são vistas à margem de outros textos consagrados pelo considerado grupo seletivo da Literatura: o cânone. Porém, se corroborarmos com Roland Barthes ao afirmar que “o nascimento do leitor se paga com a morte do autor,” é salutar imputar interrogações sobre o conceito imutável que muitos autores e obras possuem, até os dias atuais, mesmo sem serem, constantemente, procurados com tanto afincamento pelos leitores como outrora. Esses são integrantes cristalizados do cânone literário.

Compagnon deixa, de certa forma implícito, mas Eagleton de forma mais contundente afirma que o conceito de literatura está associado ao contexto histórico de leitura e ao posicionamento do leitor. Posso ler Machado de Assis para desenvolver um sociologismo da literatura ou estudar aspectos linguísticos da época de produção. Também posso me debruçar sobre a coleção do Harry Potter e vislumbrar o estético e o ficcional imbricados ao ponto de considerar o referido best-seller como Literatura sem com isso deixar de incitar a discordância em outros leitores. O cânone, como bem diz Eagleton, ocupa a posição inquestionável de referência artística literária, pois está diretamente vinculado às perspectivas ideológicas de classe, cor e gênero, predominantes no contexto patriarcal, ao passo que outras obras – consideradas menores ou não literárias, como bem afirma Compagnon, vão na contramão da realidade empírica. Desta forma, cada corrente/teoria que se propõe a discutir a essência do texto literário o faz a partir de suas conveniências deixando à margem aquilo que escapa as teorizações. A literatura, tomando emprestado o termo psicanalítico lacaniano, apresenta-se não-toda definível, não-toda desvendável, não-toda conceituável.

Considerações finais:

A literatura se insinua de forma resistente a possíveis delimitações impostas pelas teorias e suas perspectivas de análise. Desde suas raízes etimológicas até seu emprego semântico nos dias atuais, a essência do literário se apresenta muito mais próximo daquilo que se faz com o texto e mais distante de uma possível imutabilidade de um rótulo adquirido em alguma época longínqua. Apesar da existência e a prevalência do considerado grupo seletivo das belas letras, o cânone literário, sobre outras obras consideradas menores, nota-se que, nesses parâmetros, a definição inalterável de obra literária diz mais de uma visão ideológica e menos de uma questão de construção ou valor estético.

Debruçar-se sobre o estudo da Literatura e suas especificidades implica em buscar o equilíbrio entre os fatores internos e externos da obra e admitir a impossibilidade de se definir a literatura da mesma maneira que se pode manipular uma determinada substância química ou provar por meio de logaritmos a veracidade de uma fórmula matemática. Essa imprecisão

peculiar do objeto literário se constitui a parti das relações sociais, históricas e culturais existentes no tripé autor/texto/leitor e que reverberam tanto no processo de criação como no processo de recepção da obra em determinado contexto sócio-histórico. Ser ou não ser literatura parece ser muito mais aquilo que o leitor considera e muito menos um título conquistado e inalterado.

ABSTRACT

The circumscriptions of the scientific field are delimited by the use of methodologies and theories that are responsible for describing the intrinsic characteristics of a particular object of study, as well as developing ways to conceptualize it in order to make its structures and aspects less resistant to knowledge and the manipulation. However, sometimes, the difficulty in conceiving a certain object, in the scientific field, is based on the fact that it is intertwined with socio-historical aspects constituted in/by the culture, giving it fluctuations as to a possible conceptual definition. In this sense, the conceptualizations about the meaning of literature are marked by a metamorphosis both in its nomenclature and in its semantic use. From the Hellenic cradle and the Aristotelian genesis of mimesis to the present day, literature has shown itself to be resistant to theoretical frameworks that may determine a univocal and immutable perspective. Starting from these first fruits, the scope of this study is based on fostering historical and theoretical reflections, from a bibliographical review, on the multiple facets that scrutinize the essence or possible definitions of literary art. During the preparation of this research, we were able to observe, from the 20th century onwards, the emergence of currents or theoretical/methodological perspectives that alternated between privileging the internal and external aspects of the text, but always showing themselves to be insufficient in order to encompass or apprehend the object literary in its entirety. In this sense, we base our reflections on the contributions of Eagleton (2006); Companon (1999) Candido (2006) among other theorists who constitute the core of literary theory.

Keywords: Literature, Concept, Literary, Theory

Referências

- BARTHES, Roland. O prazer do texto. Tradução de J. Guinsburg J. São Paulo. **Perspectiva**, 2015
- BUENO, André. Literatura e sociedade: narrativa, poesia, cinema, teatro e canção popular. Rio de Janeiro. **7Letras**, 2006
- CANDIDO, Antônio. Literatura e sociedade. 9. ed. Rio de Janeiro. **Ouro azul**, 2006
- COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Tradução de Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte. **Ed. UFMG**, 1999
- EAGLETON, Terry. Teoria da literatura: uma introdução. 6. ed. Tradução de Waltensir Dutra. São Paulo. **Martins Fontes**, 2006

LIMA, L. C. Teoria da literatura em suas fontes. *Vol. 2*. 3.ed.. Rio de Janeiro. **Civilização Brasileira**, 2002

PLATÃO. A República. 3. ed. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Belém, **EDUFPA**, 2000

PLATÃO. Ion. Tradução de Victor Jabouille. Lisboa. Inquérito L.D.A, 1988

SILVA. Vítor Manuel De Aguiar e. Teoria da literatura. 8. ed. Coimbra. **Almedina**, 2007

SOUZA, Roberto Acízelo de. Teoria da Literatura. 10. ed. São Paulo. **Ática**, 2007

VIEIRA, Anco Tenório. O que é e o que não é literatura? *In*: João Sedycias, Repensando a Teoria Literária Contemporânea 1. ed. Recife. Ed. **UFPE**, 2015

ZILBERMAN, Regina, 1948- Teoria da literatura I. 2.ed. - Curitiba, PR: **IESDE Brasil**, 2012.